



**CEASA - CENTRAIS DE ABASTECIMENTO
DE CAMPINAS S/A**

CONCURSO PÚBLICO - CEASA 001/2014

SAD - Advogado

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. No que tange à intervenção do Estado em seus Municípios, é CORRETO afirmar que:
 - a) Só poderá intervir caso não forem prestadas as contas devidas, na forma da lei, e se o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados nas Constituições Estadual e Federal, ou, ainda, para prover a execução da lei, de ordem ou de decisão judicial.
 - b) Sob pena de ofensa ao princípio federativo, o Estado não pode intervir em Município caso este não tenha aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento de ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, pois são assuntos de interesse local, de competência municipal.
 - c) O Estado pode intervir em seu Município quando o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância dos princípios indicados na Constituição Estadual e na Constituição Federal, ou para prover a execução de lei nacional e federal, de ordem ou de decisão judicial. No entanto, o decreto interventivo, nesses casos, terá que ser apreciado pela Assembleia Legislativa, sob pena de nulidade.
 - d) O Estado pode intervir em seu Município quando o Tribunal de Justiça der provimento à representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução da lei, de ordem ou de decisão judicial. Nesses casos, está dispensada a apreciação do decreto interventivo pela Assembleia Legislativa.
2. Entre os princípios e regras constitucionais aplicáveis aos servidores públicos, é CORRETO afirmar:
 - a) Pela Constituição Federal, não há impedimento à Administração que, durante o prazo de validade de um concurso de ingresso no serviço público, outro seja aberto, levado a efeito e classificados os aprovados.
 - b) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos em lei e aos estrangeiros naturalizados, na forma da lei.
 - c) O concurso restrito ou interno somente tem respaldo constitucional quando utilizado para elevação de servidores na carreira ou para ascensão funcional, na forma da lei.
 - d) A Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional 19/98 estipulou como prazo de validade do concurso o prazo de dois anos, não podendo ser inferior a tal período.
3. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar, exceto:
 - a) As ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios.
 - b) As ações que envolvam exercício do direito de greve.
 - c) Os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, mesmo quando o ato questionado não envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
 - d) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.
4. Esse princípio está presente tanto no momento da elaboração da lei como no momento da sua execução em concreto pela Administração Pública. Ele inspira o legislador e vincula a autoridade administrativa em toda a sua atuação. De todos os princípios da administração pública abaixo o que se encaixa é:
 - a) Legalidade.
 - b) Presunção da legitimidade.
 - c) Impessoalidade.
 - d) Supremacia do interesse público.
5. Hely Lopes Meirelles define o serviço público como:
 - a) Todo aquele prestado pela Administração, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade.
 - b) Todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou simples conveniências do Estado.
 - c) Todo aquele prestado pela Administração, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniências do Estado.
 - d) Todo aquele prestado pela Administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade, ou simples conveniências do Estado.
6. É o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados. Trata-se de:
 - a) Autoexecutoriedade.
 - b) Imperatividade.
 - c) Presunção da legitimidade e veracidade.
 - d) Tipicidade.

7. Em suas origens, os autores, sob a influência da Escola do Serviço Público, adotaram critérios para definir o serviço público. Como chamamos o critério que considera a atividade exercida: o serviço público seria a atividade que tem objeto a satisfação de necessidades coletivas?
- Subjetivo.
 - Formal.
 - Material.
 - Informal.
8. Nos termos do artigo 71 da Lei Federal 8.666/93 (Licitações), as obrigações patronais do Empregador NÃO se transferem ao ente público, mas não impedem sua responsabilização, quanto ao conteúdo, por sua conduta culposa:
- in contraendo*
 - in eligendo*
 - in vigilando*
 - in committendo* ou *in faciendo*
9. São atos praticados pela Administração em situação de igualdade com os particulares, para a conservação e desenvolvimento do patrimônio público e para a gestão de seus serviços. Trata-se de:
- Atos de império.
 - Atos gerais.
 - Atos de gestão.
 - Ato perfeito.
10. Como classificamos o ato administrativo que não está apto a produzir efeitos jurídicos, porque não completou o seu ciclo de formação?
- Ato pendente.
 - Ato consumado.
 - Ato imperfeito.
 - Ato perfeito.
11. Entendemos como Receitas de Capital, exceto:
- Operações de Crédito.
 - Alienação de Bens Móveis e Imóveis.
 - Cobrança da Dívida Ativa.
 - Transferências de Capital.
12. Assinale a opção CORRETA acerca dos benefícios fiscais:
- A concessão de qualquer benefício de natureza tributária depende somente de uma decisão política e da aprovação de lei específica que preveja a medida.
 - A concessão de remissão de determinado tributo não se enquadra no conceito de renúncia de receita.
 - O Município deverá observar diversas regras para a concessão de renúncia de receita, especialmente a que impõe que a concessão desse benefício esteja acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e atenda ao disposto na LDO.
 - Por atender condições individuais de seus benefícios, a isenção concedida em caráter não geral não é considerada uma forma de renúncia de receita.
13. Segundo o que cita a Lei nº 4.320/64, Concessão de Empréstimos classifica-se como:
- Investimentos.
 - Transferências de Capital.
 - Despesas de Custeio.
 - Inversões Financeiras.
14. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
- A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.
 - O depósito do seu montante parcial.
 - A concessão de medida liminar em mandado de segurança.
 - As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
15. O sujeito passivo da obrigação tributária principal diz-se:
- responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei;
 - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- Essas afirmações:
- Ambas estão corretas.
 - Ambas estão incorretas.
 - Somente a afirmação I está correta.
 - Somente a afirmação II está correta.
16. Extinguem o crédito tributário:
- Remissão;
 - A prescrição e a decadência;
 - O pagamento;
 - A compensação;
 - A conversão de depósito em renda;
 - A transação;
- Estão corretos os itens:
- I, III, IV e V.
 - II, III, IV e V.
 - I, II, III e IV.
 - I, II, III, IV e V.
17. Segundo a Lei nº 8.078/90. O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar, exceto:
- A culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
 - Que não colocou o produto no mercado;
 - Que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexiste;
 - Que na época em que foi colocado em circulação, não havia normas a respeito.

- 18.** Segundo a Lei nº 8.078/90. São impróprios ao uso e consumo:
- I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos a mais de 24 horas;
 - II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;
 - III - os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.
- Estão corretos os itens:
- a) I e II
 - b) I e III
 - c) II e III
 - d) I, II e III
- 19.** Segundo o que dispõe a Lei nº 6.404/76 e suas atualizações. Com relação a forma, as ações podem ser:
- a) Nominativas.
 - b) Endossáveis.
 - c) Ao portador.
 - d) Nominativas, endossáveis ou ao portador.
- 20.** É nulo o ato jurídico nas hipóteses seguintes, EXCETO:
- a) Quando praticado por pessoa relativamente incapaz.
 - b) Quando for ilícito, ou impossível, o seu objeto.
 - c) Quando não revestir a forma prescrita em lei.
 - d) Quando a lei taxativamente o declarar nulo ou lhe negar efeito.
- 21.** Analise as seguintes afirmações:
- I. Os prazos de prescrição somente podem ser alterados por acordo das partes.
 - II. A interrupção da prescrição poderá ocorrer uma única vez.
 - III. A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
 - IV. Prescreve em 10 anos a pretensão de ressarcimento por enriquecimento sem causa.
 - V. A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- São CORRETAS, de acordo com o Código Civil:
- a) I, IV e V.
 - b) II, III e V.
 - c) Somente II e III.
 - d) Somente III.
- 22.** Segundo o disposto no Decreto-Lei nº 200/67, as atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais, exceto:
- a) Planejamento.
 - b) Fiscalização.
 - c) Descentralização.
 - d) Delegação de Competência.
- 23.** Julgue as afirmações abaixo:
- I- Nos processos de falência, concordata, liquidação, inventário, arrolamento ou concurso de credores, nenhuma alienação será judicialmente autorizada sem a prova de quitação da Dívida Ativa ou a concordância da Fazenda Pública;
 - II- Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente ou por correio.
- Essas afirmações:
- a) Ambas estão corretas.
 - b) Ambas estão incorretas.
 - c) Somente a I está correta.
 - d) Somente a II está correta.
- 24.** A execução fiscal poderá ser promovida, exceto contra:
- a) O fiador.
 - b) O espólio.
 - c) O devedor.
 - d) O empregador.
- 25.** Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor quantas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração?
- a) Igual ou inferior a 10 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN.
 - b) Igual ou inferior a 20 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN.
 - c) Igual ou inferior a 30 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN.
 - d) Igual ou inferior a 50 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN.
- 26.** Qual é a pena para quem provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado?
- a) Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
 - b) Detenção, de um a seis meses, ou multa.
 - c) Reclusão, de três a quatro anos, e multa.
 - d) Detenção, de três meses a dois anos, e multa.
- 27.** As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na lei nº 8.429/92, podem ser propostas em até quanto tempo após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança?
- a) 2 anos.
 - b) 3 anos.
 - c) 5 anos.
 - d) 10 anos.

- 28.** Qual a pena para quem ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura?
- Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.
 - Detenção, de um a seis meses, ou multa.
 - Reclusão, de três a quatro anos, e multa.
 - Detenção, de três meses a dois anos, e multa.
- 29.** Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de quantas horas consecutivas para descanso?
- 11 horas.
 - 12 horas.
 - 18 horas.
 - 24 horas.
- 30.** Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de:
- Seis horas diárias.
 - Oito horas diárias.
 - Dez horas diárias.
 - Doze horas diárias.
- 31.** A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de:
- 28 dias de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou inferior a 6 meses.
 - 1 mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou inferior a 3 meses.
 - 28 dias de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou inferior a 3 meses.
 - 1 mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a 6 meses.
- 32.** Esse princípio é de âmbito internacional, não vigora apenas no Brasil, mas também em outros países. As regras do Direito do Trabalho são interpretadas mais favoravelmente ao empregado, assegurando superioridade jurídica ao empregado devido sua inferioridade econômica. Estamos falando de qual princípio?
- Princípio da simplicidade.
 - Princípio da proteção.
 - Princípio da celeridade.
 - Princípio da oralidade.
- 33.** Julgue os itens abaixo:
- Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.
 - Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
 - Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência.
- Estão corretos os itens:
- I e II
 - I e III
 - II e III
 - I, II e III
- 34.** É o fato de que o empregado deve receber mais rapidamente as verbas que lhe são devidas, porque é de natureza alimentar, devendo assim, haver simplificação de procedimento. Estamos falando de qual princípio?
- Princípio da simplicidade.
 - Princípio da proteção.
 - Princípio da celeridade.
 - Princípio da informalidade.
- 35.** A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes, exceto:
- Irredutibilidade do valor dos benefícios.
 - Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.
 - Seletividade na forma de participação no custeio.
 - Diversidade da base de financiamento.
- 36.** A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, alterou o artigo 7º (*São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social*), da Constituição federal de 1988, com a seguinte redação:
- Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
 - Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
 - Salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei.
 - Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.

- 37.** Na organização da Seguridade Social, quem presta, a diversas empresas, sem vínculo empregatício, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento é classificado como:
- a) Trabalhador avulso.
 - b) Segurado especial.
 - c) Contribuinte individual.
 - d) Empregado.
- 38.** A atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, são classificados como:
- a) Recursos ambientais.
 - b) Meio ambiente.
 - c) Recursos inesgotáveis.
 - d) Fauna.
- 39.** Para um município poder exercer sua competência licenciatória ambiental plena é preciso que ele disponha de:
- a) Conselho de Meio Ambiente com caráter consultivo e participação social, além de quadros exclusivos próprios de profissionais habilitados para tanto.
 - b) Conselho de Meio Ambiente com caráter consultivo, formado apenas por especialistas na área ambiental, além de profissionais legalmente habilitados para tanto a seu dispor, mesmo que não integrantes de seus quadros funcionais.
 - c) Conselho de Meio Ambiente com caráter deliberativo e participação social, além de profissionais legalmente habilitados em seus quadros funcionais ou à sua disposição.
 - d) Conselho de Meio Ambiente com caráter deliberativo e participação social, além de profissionais legalmente habilitados para tanto, obrigatoriamente integrantes de seus quadros funcionais e admitidos por concurso.
- 40.** São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, exceto:
- a) O zoneamento ambiental.
 - b) O IBAMA.
 - c) O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente.
 - d) A garantia da prestação de informações relativas ao Meio Ambiente, obrigando-se o Poder Público a produzi-las, quando inexistentes.